



Sumário

Formação Humanística, Princípios da Ética, Filosofia e Psicologia Jurídica

Controle social e o direito	1
Comunicação Social e Opinião Pública.	7
A Crise de valores na sociedade e a ética.	13
A razão e o comportamento moral.	16
A sensibilidade e o comportamento moral.	18
Campo ético e senso moral.	18
Conhecimentos necessários para a conduta pessoal e profissional.	20
Práticas sociais, morais, éticas e o cidadão.	26
Relacionamento interpessoal.	27
Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.	34
Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos.	35
Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.	45
O processo psicológico e a obtenção da verdade. O comportamento das partes e das testemunhas.	60
Importância da psicologia para a atividade policial. Fatores psicológicos na motivação do delito.	71
Interdisciplinaridade nos casos complexos.	81
Psicologia da conciliação.	84
Psicologia do testemunho: Depoimento sem dano.	86
Vitimologia. Psicologia das pessoas/famílias vitimizadas.	86
Inovações e alterações legislativas.	97
Seletividade do sistema penal.	97

Teoria Geral do Direito e da Política

2.1 Dogmática Jurídica.	1
2.2 Direito objetivo e direito subjetivo.	2
2.3 Hermenêutica jurídica.	4
2.4 Fontes do direito.	9
2.4.1 Princípios gerais de direito.	10
2.4.2 Jurisprudência e súmula vinculante.	14
2.5 Integração do ordenamento jurídico.	14
2.6 Interpretação da norma.	15
2.7 Eficácia da Lei no tempo.	16
2.7.1 Conflitos de normas jurídicas no tempo e o direito brasileiro: direito penal, civil, constitucional e direito do trabalho.	18
2.8 O conceito de política. 2.9 Ideologias.	23
2.10 A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).	24

2.11 Políticas públicas e o papel do delegado.	26
2.12 O delegado e a construção da democracia.	28
2.13 Democracia e Estado de Direito.	34
2.14 Legitimidade e legalidade.	34

Criminologia

Criminologia. Conceito. Métodos: empirismo e interdisciplinaridade. Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.	1
Funções da criminologia. Criminologia e política criminal. Direito penal.	9
Modelos teóricos da criminologia. Teorias sociológicas.	13
Prevenção da infração penal no Estado Democrático de Direito. Prevenção primária. Prevenção secundária. Prevenção terciária.	22
Modelos de reação ao crime.	27

Direito Civil e Empresarial

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.	1
Pessoa natural. Pessoa jurídica. Personalidade.	11
Domicílio e residência.	40
Bens, diferentes classes de bens.	46
Fato Jurídico.	56
Posse. Classificação, aquisição, efeitos e perda. Propriedade: aquisição e perda da propriedade. Direito real sobre coisa alheia.	90
Responsabilidade civil: Teoria da culpa e do risco.	116
Empresário: caracterização; inscrição; capacidade; teoria da empresa e seus perfis.	116
Responsabilidade dos sócios. Sócio oculto. Segredo comercial.	124
Classificação das sociedades: sociedades não personificadas; sociedades personificadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperativa; sociedades coligadas.	128
Sociedade limitada; sociedade anônima.	143
Estabelecimento empresarial.	222
Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial. Regime jurídico-administrativo. Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.	229

Direito Tributário

O Estado e o poder de tributar.	1
Direito tributário: conceito e princípios.	1
Tributo: conceito e espécies.	5
O Código Tributário Nacional.	16
Normas gerais de direito tributário.	47
Obrigações tributárias.	59
Crédito tributário.	60
Responsabilidade tributária.	67
Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Os tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.	75
Processo judicial tributário. Execução fiscal.	90
Do ilícito tributário: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário, crimes contra a ordem tributária.	96

Direito Ambiental

Princípios do Direito Ambiental.	1
A Constituição Federal e o meio ambiente.	6
A legislação brasileira florestal (Leis nº 12.651/2012, 11.428/2006, 11.284/2006 e regulamentos). ..	28
A legislação brasileira de unidades de conservação (Lei nº 9.985 / 2000 e regulamentos).....	112
A Proteção e a conservação da biodiversidade. A Lei nº 11.516/2007.....	138
Poder de Polícia Ambiental. Crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e regulamentos).	144
Procedimento administrativo para apuração de infrações ambientais (Decreto nº 6.514/ 2008).	162
Licenciamento ambiental (LC nº 140/2011, Lei nº 6.938/1981, Resolução CONAMA nº 428/2010 e regulamentos).	188
Organizações dos Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação (SISNAMA e SNUC)	206
Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).	208
Proteção e conservação da biodiversidade.....	208
Legislação e tratados para a proteção às espécies ameaçadas.	208
Biossegurança e controle de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).	210
Responsabilidade ambiental: conceito de dano e reparação ambiental.	223

Direito Constitucional

Constituição. Conceito, objeto, elementos e classificações.	1
Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais.	7
Interpretação das normas constitucionais.	13
Poder constituinte. Características.	19
Princípios fundamentais.	26
Direitos e garantias fundamentais. Nacionalidade. Direitos e Partidos políticos.	32
Organização do Estado. Administração Pública.	75
Organização dos poderes no Estado. Poder legislativo.	110
Poder executivo.	147
Poder judiciário.	160
Funções essenciais à justiça.	183
Defesa do Estado e das instituições democráticas.	198
Sistema Tributário Nacional.	214
Finanças públicas.	235
Ordem econômica e financeira.	244
Ordem social.	263
Constituição do Estado de Roraima.	293
Jurisprudência aplicada aos tribunais superiores.	338

Direito Administrativo

Introdução ao direito administrativo. Origem e objeto do direito administrativo. Fontes do direito administrativo.	1
Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.	10
Administração Pública.	12
Teoria da separação dos poderes.	18
Regime jurídico-administrativo. Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.	20
Organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta. Administração indireta. Autarquias. Agências reguladoras. Agências executivas.	

Fundações públicas. Empresas públicas. Sociedades de economia mista. Consórcios públicos. Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público.	34
Atos administrativos.	56
Processo administrativo.	73
Poderes e deveres da Administração Pública. Poder regulamentar. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder de polícia. Dever de agir. Dever de eficiência. Dever de probidade. Dever de prestação de contas. Uso e abuso do poder.	92
Serviços públicos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação: concessão, permissão e autorização. Princípios. Remuneração. Usuários.	103
Intervenção do Estado na propriedade. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Ocupação temporária. Requisição administrativa. Tombamento. Desapropriação.	113
Licitações. Contratos administrativos.	128
Convênios e instrumentos congêneres.	206
Consórcios públicos.	210
Controle da Administração Pública. Controle exercido pela Administração Pública. Controle legislativo. Controle judicial.	222
Improbidade administrativa.	232
Agentes públicos (Disposições doutrinárias) Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Regime de previdência. Processo Administrativo Disciplinar.	242
Bens públicos.	299
Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso. Responsabilidade primária e subsidiária. Responsabilidade do Estado por atos legislativos. Responsabilidade do Estado por atos judiciais.	311
Jurisprudência aplicada aos tribunais superiores.	322

Direito Penal

Introdução. Direito Penal: Conceito e caracteres. Princípios fundamentais do Direito Penal. Fontes do Direito Penal. Escolas Penais. Evolução histórica do Direito Penal no Brasil.	1
Interpretação da Lei Penal.	20
Direito Penal e Poder Punitivo.	23
Interpretação e aplicação da lei penal.	24
Delito. Classificação dos crimes.	37
Teoria da Ação. Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva. Tipos dolosos de ação. Tipos dos Crimes de Imprudência. Tipos dos Crimes de Omissão. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Agravamento pelo resultado.	45
Erro. Descriminantes putativas. Erro determinado por terceiro. Erro sobre a pessoa. Erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição).	67
Concurso de crimes.	70
Ilícitude. Culpabilidade	74
Concurso de Pessoas.....	87
Penas. Função. Espécies de penas. Cominação das penas. Aplicação da pena. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Limites das penas	93
Medidas de segurança.	128
Ação penal.....	134
Punibilidade e causas de extinção. Prescrição.	146
Crimes contra a pessoa.	157
Crimes contra o patrimônio.	196
Crimes contra a propriedade imaterial.	232
Crimes contra a organização do trabalho.	234
Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.	241
Crimes contra a dignidade sexual.	245

Crimes contra a família.	264
Crimes contra a incolumidade pública.	273
Crimes contra a paz pública.	296
Crimes contra a fé pública.	301
Crimes contra a Administração Pública.	322
Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.	368
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.	377

Direito Processual Penal

Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional.	1
Sistemas e Princípios Fundamentais.	20
Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.	29
Fase Pré-Processual: Inquérito policial.	43
Processo, procedimento e relação jurídica processual. Elementos identificadores da relação processual. Formas do procedimento. Princípios gerais e informadores do processo. Pretensão punitiva. Tipos de processo penal.	56
Ação penal.	64
Ação civil ex delicto.	75
Jurisdição e Competência.	79
Questões e processos incidentes.	90
Prova.	109
Sujeitos do Processo.	136
Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.	147
Citações e intimações.	169
Atos Processuais e Atos Judiciais.	175
Procedimentos. Processo comum. Processos especiais.	179
Prazos.	225
Nulidades.	228
Recursos em geral.	238
Habeas corpus e seu processo.	259
Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).	267
Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.	311
Disposições gerais do Código de Processo Penal.	315
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.	317

Legislação Complementar

5.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos, Proclamada pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.	1
5.2 Pacto de São José da Costa Rica e Decreto nº 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).	13
5.3 Decreto-lei nº 3.688/1941 (Lei de Contravenções Penais).	40
5.4 Lei Complementar Estadual nº 053/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Roraima).	50
5.5 Lei Complementar Estadual nº 054/2001 (Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Estadual de Roraima e dá outras providências).	79
5.6 Lei Complementar Estadual nº 055/2001 (Lei Orgânica da Polícia Civil).	106
5.7 Lei Complementar Estadual nº 268/2018 (Dispõe sobre a Aposentadoria Especial do Polícia Civil).	126
5.8 Lei Estadual nº 418/2004 (Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual).	132
5.9 Lei Estadual nº 498/2005 (Reorganização Administrativa do Estado de Roraima).	141
5.10 Lei Estadual nº 499/2005 (Reorganização Administrativa do Estado de Roraima).	154

5.11 Lei Estadual nº 1.240/2018 (Fundo de Modernização, Manutenção e Desenvolvimento da Polícia Civil do Estado de Roraima – FUNDESPOL - RR).	171
5.12 Lei nº 1.521/1951 (Crimes Contra a Economia Popular).	176
5.13 Lei nº 2.889/1956 (Genocídio).	181
5.14 Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral).	184
5.15 Lei nº 4.898/1965 (Lei de Abuso de Autoridade).	239
5.16 Lei nº 5.553/1968 (Apresentação e uso de documentos de identificação pessoal).	245
5.17 Lei nº 6.766/1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano).	248
5.18 Lei nº 7.102/1983 (Segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências).	261
5.19 Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).	266
5.20 Lei nº 7.492/1986 (Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional).	310
5.21 Lei nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).	318
5.22 Lei nº 7.960/1989 (Prisão Temporária).	322
5.23 Lei nº 8.038/1990 (Normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF)).	326
5.24 Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	333
5.25 Lei nº 8.072/1990 (Crimes Hediondos).	385
5.26 Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).	390
5.27 Lei nº 8.137/1990 (Crimes Contra a Ordem Tributária).	411
5.28 Lei nº 8.176/1990 (Crimes Contra a Ordem Econômica).	420
5.29 Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).	422
5.30 Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações).	422
5.31 Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB).	440
5.32 Lei nº 8.987/1995 (Regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos).	455
5.33 Lei nº 9.029/1995 (Práticas discriminatórias relativas à gravidez no trabalho).	456
5.34 Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).	472
5.35 Lei nº 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial).	503
5.36 Lei nº 9.296/1996 (Interceptação Telefônica).	508
5.37 Lei nº 9.434/1997 (Lei do Transplante de Órgãos).	514
5.38 Lei nº 9.454/1997 (Número único de Registro de Identidade Civil).	516
5.39 Lei nº 9.455/1997 (Crimes de Tortura).	521
5.40 Lei nº 9.503/1997 (Código Brasileiro de Trânsito).	597
5.41 Lei nº 9.504/1997 (Lei Eleitoral).	642
5.42 Lei nº 9.605/1998 (Crimes Contra o Meio Ambiente).	658
5.43 Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software).	664
5.44 Lei nº 9.610/1998 (Lei sobre Direitos Autorais).	683
5.45 Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Dinheiro).	695
5.46 Lei nº 9.807/1999 (Programa de Proteção à Testemunha).	703
5.47 Lei nº 10.259/2001 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal).	708
5.48 Lei nº 10.357/2001 (estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências).	712
5.49 Lei nº 10.446/2002 (infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme).	714
5.50 Lei nº 10.520/2002 (Modalidade de Licitação Denominada Pregão).	723
5.51 Lei nº 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor).	735
5.52 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).	753
5.53 Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).	770
5.54 Lei nº 11.079/2004 (Parceria Público-Privada).	785
5.55 Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falências).	827
5.56 Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança).	838
5.57 Lei nº 11.340/2006 (Lei Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher).	851
5.58 Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).	868
5.59 Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial).	875
5.60 Lei nº 12.030/2009 (Perícias Oficiais).	876
5.61 Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal do Civilmente Identificado).	881
5.62 Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Social).	897
5.63 Lei nº 12.426/2011 (Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC).	

5.64 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).	923
5.65 Lei nº 12.694/2012 (Processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas).	943
5.66 Lei nº 12.830/2013 (Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia).	947
5.67 Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas).	951
5.68 Lei nº 12.852/2013 (Institui o Estatuto da Juventude).	968
5.69 Lei nº 12.965/2014 (Uso da Internet no Brasil).	980
5.70 Lei nº 12.984/2014 (Lei Discriminação de Portadores de HIV).	987
5.71 Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	989
5.72 Lei nº 13.257/2016 (Políticas Públicas para a Primeira Infância).	1021
5.73 Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo).	1030
5.74 Lei nº 13.431/2017 (Criança e Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência).	1034
5.75 Lei nº 13.444/2017 (Identificação Civil Nacional).	1040
5.76 Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração).	1043
5.77 Lei nº 13.675/2018 (Sistema Único de Segurança Pública (Susp)).	1064
5.78 Lei nº 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais)	1077